

Neoliberalismo, Democracia e Direitos Humanos: um ensaio

Neoliberalism, Democracy and Human Rights: an Essay

Neoliberalismo, democracia y derechos humanos: ensayo

Carlos Mendes Rosa¹

Oneide Perius²

DOI: <https://doi.org/10.36592/opiniaofilosofica.2025.v16.1234>

Resumo

Vivemos uma era de inequívoca hegemonia do sistema neoliberal. Este não é apenas um modelo econômico, mas uma racionalidade que organiza o espaço social em seus diferentes aspectos, bem como uma forma de produção de subjetividades. Política e democracia, assim, vão declinando em um espaço público reduzido à produção de valor e consumo. Neste contexto, as lutas por direitos humanos veem-se em uma situação paradoxal. Se este modelo de organização social no qual estamos vivendo produz, sistematicamente, vulnerabilidade e desigualdade, como poderão os direitos humanos tornarem-se efetivos sem uma crítica política radical ao sistema estabelecido? Este é o fio condutor do argumento que queremos apresentar neste artigo. O qual realiza ainda uma leitura crítica das bases do neoliberalismo e propõe como modelo atual de pensamento o conceito de sociedade administrada da Escola de Frankfurt.

Palavras-chave: Neoliberalismo. Democracia. Sociedade Administrada. Política. Direitos Humanos.

¹ Doutor em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Professor de Psicologia e Psicanálise na Universidade Federal do Tocantins (UFT). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2136-9523>. E-mail: carlosmendesrosa@gmail.com.

² Doutor em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Professor de Filosofia na Universidade Federal do Tocantins (UFT). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0298-9727>. E-mail: oneideperius@mail.uft.edu.br.

Abstract

We live in an era of unequivocal hegemony of the neoliberal system. This is not just an economic model, but a rationality that organizes social space in its different aspects, as well as a form of production of subjectivities. Politics and democracy, therefore, decline in a public space reduced to the production of value and consumption. In this context, struggles for human rights find themselves in a paradoxical situation. If this model of social organization in which we are living systematically produces vulnerability and inequality, how can human rights become effective without a radical political critique of the established system? This is the guiding thread of the argument we want to present in this article. Which also carries out a critical reading of the foundations of neoliberalism and proposes the concept of "managed society" from the Frankfurt School as a current model of thought.

Keywords: Neoliberalism. Democracy. Administered Society. Policy. Human Rights.

Resumen

Vivimos en una época de hegemonía inequívoca del sistema neoliberal. No se trata sólo de un modelo económico, sino de una racionalidad que organiza el espacio social en sus diferentes aspectos, así como una forma de producir subjetividades. La política y la democracia declinan así en un espacio público reducido a la producción de valor y al consumo. En este contexto, las luchas por los derechos humanos se encuentran en una situación paradójica. Si este modelo de organización social en el que vivimos produce sistemáticamente vulnerabilidad y desigualdad, ¿cómo pueden hacerse efectivos los derechos humanos sin una crítica política radical del sistema establecido? Esta es la idea central del argumento que queremos presentar en este artículo. También ofrece una lectura crítica de los fundamentos del neoliberalismo y propone el concepto de sociedad dirigida de la Escuela de Frankfurt como modelo actual de pensamiento.

Palabras Clave: Neoliberalismo. Democracia. Sociedad gestionada. Política. Derechos humanos.

Introdução

É inevitável a percepção, tornada mais aguda dia após dia, de que estamos mergulhados em uma profunda crise civilizatória, sem que tenhamos, propriamente, as condições reais e concretas de puxar o freio de mão do trem da história. E uma das características mais marcantes de nosso tempo é, justamente, a impotência que sentimos diante de uma maquinaria poderosa que, tendo adquirido vida própria, se move sem qualquer controle externo e parece se separar cada vez mais do âmbito da experiência humana. O declínio da política, isto é, da capacidade humana de agir coletivamente e interferir de forma decisiva no curso dos acontecimentos, se evidencia cada vez mais. A

lógica objetiva do capital que se auto institui, se produz e se reproduz, aliada a um sutil processo de construção de subjetividades, faz com que tanto objetivamente quanto subjetivamente, onde se poderiam alimentar formas de resistência e modos de vida alternativos, a colonização da racionalidade econômica se impõe. E o neoliberalismo precisa ser situado neste âmbito.

O presente estudo, a partir deste cenário, pretende pensar as relações que se tornam perceptíveis entre neoliberalismo, democracia e direitos humanos. Ao compreender que o neoliberalismo não é apenas um modelo de organização econômica da sociedade, mas, inclusive, uma dinâmica que produz formas de vida. As relações humanas permeadas por esta racionalidade neoliberal, por sua vez, abdicam cada vez mais dos espaços públicos de debate e de decisão. A lógica de uma gestão individual e privada da existência afeta, assim, o cultivo de hábitos e espaços democráticos. E, por fim, as lutas contemporâneas por direitos humanos vão perdendo a visibilidade e o engajamento social necessários para sua efetividade. Este é o desafio contemporâneo que teremos que enfrentar do ponto de vista teórico. O ensaio que ora tornamos público gostaria de tematizar alguns elementos deste imenso desafio.

A Racionalidade Neoliberal

Em primeiro lugar, portanto, é preciso esclarecer que a concepção de neoliberalismo à qual nos associamos neste estudo, não o restringe a um sistema econômico. Dardot e Laval (2016, p.7) são bastante precisos sobre este ponto:

O neoliberalismo transformou profundamente o capitalismo, transformando profundamente as sociedades. Neste sentido, o neoliberalismo não é apenas uma ideologia, um tipo de política econômica. É um sistema normativo que ampliou sua influência ao mundo inteiro, estendendo a lógica do capital a todas as relações sociais e a todas as esferas da vida.

O neoliberalismo, portanto, além de ser uma mutação do sistema econômico capitalista surgido da própria dinâmica e exigência internas de maximização da expansão do capital, é também um sistema normativo – um sistema, pois, que produz formas de existência – que promove a colonização das mais diversas regiões da experiência humana através da lógica do capital. A razão neoliberal se constitui como uma relação de poder e um modo de compreender o mundo aceito coletivamente como válido, algo

inquestionável, quase um dogma. O uso do prefixo *neo* indica tratar-se de algo novo em relação ao seu radical “liberal”. No entanto, essa novidade não é sem consequências.

A racionalidade liberal, inaugurada com as revoluções burguesas, marcadas pelos signos *liberté* (de contratar), *égalité* (formal) e *fraternité* (solidariedade mínima para coesão social), apresentou seu colapso durante a grande depressão de 1929 porque é marcada por grandes contradições internas entre a liberdade individual contratual – o livre mercado – e a necessidade de garantia do bem comum. O liberalismo apropria-se desses conceitos como uma doutrina de liberdade política em que há uma lógica jurídica de direitos inerentes às pessoas de cunho utilitarista. Essa dimensão supostamente utilitária esconde uma verdade menos pragmática.

A comparação que Dany-Robert Dofour apresenta em seu excelente livro *A cidade perversa: liberalismo e pornografia* é absolutamente didática para compreensão dessa nova corrente filosófica. Em suas pesquisas, estabelece um paralelo direto entre a obra condenada de Bernard Mandeville *A fábula das abelhas* de 1714 e o texto de Adam Smith *A riqueza das nações* publicado em 1776 (Dofour, 2013). Segundo o autor, a tese central da “Fábula” é que as atitudes, o caráter e os comportamentos considerados desastrosos para o indivíduo (paixão de ver, saber e poder) estão “para a coletividade na origem da prosperidade geral e favorecem o desenvolvimento das artes e das ciências” (Dofour, 2013, p. 102). Algo que na antropologia liberal podemos depreender *ipsis litteris* tal como o subtítulo da Fábula: “sejam tão ávidos, egoístas e gastadores quanto puderem, pois assim estarão fazendo o melhor ao seu alcance pela prosperidade do seu país e a felicidade dos seus concidadãos.” (Dofour, 2013, p. 103). Para nosso espanto, o que poderia ser resumido na impensável máxima “é preciso dar liberdade aos egoísmos” [*laissez faire lês egoïsmes*] foi normalizado, por Adam Smith, em sua obra “A riqueza das nações”, através de uma sutil substituição da palavra “vício” (pejorativo) pela palavra *self-love* (melhorativo). Ou seja, Dofour (2013, p.103) conclui que “Mandeville disse a verdade do liberalismo antes que Adam Smith se apressasse a ocultar essa verdade escandalosa. O liberalismo é, antes de mais nada, a liberação das paixões/pulsões.”

Poderíamos, neste momento, citar dois exemplos bastante significativos que ilustram bem o que pretendemos dizer. O primeiro refere-se aos rumos da educação nas sociedades contemporâneas. Não é só a transformação da educação em mercadoria que está em jogo. Além disso, o ambiente educacional torna-se o espaço concorrencial de disputa de quem é mais hábil, de quem se sobressai. Vai sendo promovida a substituição

de um espaço de formação humana por um sistema de maximização de competências visando a melhor adaptação ao mercado. “A ação coletiva se tornou mais difícil, porque os indivíduos são submetidos a um regime de concorrência em todos os níveis.” (Dardot & Laval, 2016, p.9). Neste âmbito, qualquer sentido de formação que não estiver estritamente vinculado com uma promessa de sucesso individual estará completamente fadado ao fracasso. A educação se torna um trampolim para a ascensão social. Não há mais qualquer outro propósito. E o que se torna mais grave, neste contexto, é a completa impotência a que estão relegados os envolvidos com o planejamento da educação e com a realidade cotidiana da sala de aula. A demanda social não exige mais que alguém se forme enquanto pessoa, enquanto cidadão que possa conviver pacificamente com os outros. A demanda é apenas o sucesso profissional individual. A escola neoliberal, neste sentido, é muito bem caracterizada como:

... a designação de certo modelo escolar que considera a educação um bem essencialmente privado, cujo valor é acima de tudo econômico. Não é a sociedade que garante o direito à cultura a seus membros, são os indivíduos que devem capitalizar recursos privados cujo rendimento futuro será garantido pela sociedade (Laval, 2019, p.17)

O outro exemplo vem do campo da saúde. Que a saúde estava se tornando mercadoria, já o sabemos há algum tempo. No entanto, o que temos visto em nossos dias é a manipulação do desejo para ampliar o seu “leque” de procedimentos de uma forma absurda. Um processo de patologização de cada vez mais aspectos da existência vem acompanhado de intervenções corretivas. Esse processo de mercantilização atinge o seu ápice nos dias atuais com as sinistras propostas de financiamentos privados de serviços públicos de saúde.

O neoliberalismo, devemos lembrar, possui uma lógica inversa à do liberalismo clássico. Enquanto este fundamenta-se no “laissez-faire”, no deixar fazer, ficando o Estado limitado pelo respeito à forma do mercado, no neoliberalismo o Estado passa a ser regulado pelo mercado para “não deixar o governo fazer”. As ações estatais passam a ser avaliadas pelo mercado e o Estado torna-se “profundamente intervencionista” não para garantir políticas sociais, agora vistas como “excesso a se conter”, mas para modelar a “sociedade inclinada a funcionar por meio da concorrência”. (Menezes et al, 2020, p. 61).

As ações e serviços públicos de saúde também estão sendo agudamente impactados por essa lógica concorrencial presente na política estatal. A Constituição Federal permitiu a livre iniciativa privada na assistência à saúde, criando o denominado

regime de saúde suplementar que atua por meio de planos de saúde e outros serviços privados. Bravo et al (2019) alertam para o que chamam de privatização da saúde, que ocorre desde o governo Temer, por meio de contrarreformas, e visam acelerar a mercantilização do setor com o avanço de um novo regime fiscal e o desmantelamento do Estado para promoção de políticas públicas, a partir de posturas conservadoras que priorizam a assistência à saúde centrada no adoecimento, abandonando as discussões do Conselho Nacional de Saúde. Apontam várias medidas que implicam em retrocesso na política pública de saúde, com incentivo a planos de saúde com coberturas parciais (e não mais universais) a “preços acessíveis” e parcerias público-privadas, como as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) e terceirizações para alguns serviços através das Organizações Sociais (OSs), que canalizam o dinheiro público para iniciativa privada, atendendo à perspectiva neoliberal.

Esta profunda implicação do neoliberalismo na constituição da existência no mundo contemporâneo, ademais, já havia sido bastante bem percebida por Michel Foucault (2008, p.311):

O homo oeconomicus é um empresário, e um empresário de si mesmo. Essa coisa é tão verdadeira que, praticamente, o objeto de todas as análises que fazem os neoliberais será substituir, a cada instante, o homo oeconomicus parceiro da troca por um homo oeconomicus empresário de si mesmo, sendo ele próprio seu capital, sendo para si mesmo seu produtor, sendo para si mesmo a fonte de [sua] renda.

O seu próprio corpo, portanto, torna-se o seu maior capital. A imagem, o conhecimento e as habilidades, tudo isso é objeto de gestão de um capital extremamente valioso. Em outras palavras, passamos a ser funcionários de nossa própria imagem, de nas próprias habilidades. Isto é, não definimos estes padrões a partir de nós mesmos. Recebemos padrões mais ou menos consolidados e, simplesmente, nos entregamos à árdua tarefa de colocar-nos à altura. Tarefa essa que muitas vezes é tornada impossível pelos padrões inatingíveis impostos pela sociedade do consumo. Aqui podemos agregar o pensamento de dois sociólogos cujas lentes vem de tempos diferentes, entretanto suas constatações convergem significativamente.

No início dos anos 80 Michel de Certeau observou que nossa sociedade é estruturada sobre uma curiosa lógica onde o que mais nos é mostrado na mídia e nos veículos de imprensa define a topografia daquilo que mais nos falta. Ele toma como exemplo o amor romântico das novelas, os filmes eróticos com suas performances espetaculares e os corpos das supermodelos. Todas essas coisas são praticamente

inatingíveis para a maioria da população (Certeau, 1994). Nessa esteira, Alain Ehrenberg vai escrever sobre a insuficiência que é sentida pela sociedade como um todo em sua obra *A fadiga de ser si mesmo*. Atualizando a premissa freudiana de que somos a sociedade da culpa, o autor sugere que esse afeto tão fundante do humano vem se transformando, com o passar do tempo, em uma enorme vergonha pela insuficiência diante de tamanhos ideais impostos pela cultura que são literalmente “esfregados” em nossa cara diariamente nas redes sociais, na mídia e nos discursos orientados pelo culto da performance (Ehrenberg, 2010).

Portanto, por tudo o que foi dito até agora, parece extremamente importante compreender o neoliberalismo para além do aspecto estritamente econômico. A força que exerce nos processos de subjetivação é, sem dúvida, um elemento fundamental a ser considerado. No entanto, se essa racionalidade neoliberal que governa o mundo age na formação dos indivíduos, logo, também, fazem-se sentir as consequências no âmbito social. Dito de outra maneira, o modelo concorrencial, tem um efeito imediato naquilo que convencionou-se chamar de declínio do político. O político, ao longo da história do ocidente, sempre foi identificado como espaço horizontal da convivência, da pluralidade, do conflito e do diálogo. Em um mundo de interesses diversos, nada melhor do que o debate público de ideias. Daí vem a importância de um conceito como o de esfera pública. No entanto, com o avanço da racionalidade neoliberal, o que vemos é um radical estreitamento deste espaço. Wendy Brown (2019, p.71) faz uma análise bastante interessante deste aspecto:

Gestão, lei e tecnocracia no lugar de deliberação, contestação e partilha democráticas do poder: várias décadas dessa hostilidade multifacetada à vida política democrática geraram em populações neoliberalizadas, na melhor das hipóteses, uma desorientação generalizada quanto ao valor da democracia e, na pior, opróbrio em relação a ela.

A emergência, no mundo todo, de regimes políticos autoritários tem esse cenário como pano de fundo. O que está em questão não é o surgimento de uma outra compreensão de política, mas a eliminação do que estava sendo designado por este termo. O que emerge é um sistema pós-democrático. Dardot e Laval (2016, p.8) dizem textualmente: “O sistema neoliberal está nos fazendo entrar *na era pós-democrática*”. Wendy Brown (2019, p.72) também se pronuncia sobre este aspecto: “O neoliberalismo, deste modo, visa limitar e conter o político, apartando-o da soberania, eliminando sua forma democrática e definhando suas energias democráticas”.

Talvez seja possível afirmar que a dinâmica e os valores democráticos estão desaparecendo. Um sintoma desse desaparecimento seria a mudança do eixo das decisões políticas da arena democrática institucional para pequenos grupos econômicos, que não possuem legitimidade ou mesmo institucionalidade, e trabalham à sombra do poder (Casara, 2017). Essa instância anódina chamada de “mercado” torna-se então o eixo orientador de todas as ações, uma vez que lhe foi atribuído o papel de responsável por preservar a liberdade econômica e política.

Os bens, as pessoas, os princípios e as regras passaram a ser valorizadas apenas na condição de mercadorias, isto é, passaram a receber o tratamento conferido às mercadorias a partir de seu valor de uso e de troca. Deu-se a máxima desumanização inerente à lógica do capital, que se fundamenta na competição, no individualismo e na busca do lucro sem limites. (Casara, 2017, p. 39/40).

Vemos, portanto, delinear-se ante nossos olhos um complexo sistema de estruturação da realidade. Neste modelo, a clássica oposição entre sociedade civil e Estado já não se aplica mais. As forças de contenção e oposição vão sendo minadas internamente até o seu completo desaparecimento. Um sistema hegemônico que lança seus tentáculos até os mais ínfimos aspectos do real – até mesmo à linguagem, capturada para dentro de sua própria lógica – vai se consolidando e tornando cada vez mais difícil qualquer modo de resistência. Jean Baudrillard (2005, p.7) escreve:

A hegemonia acaba com a dominação (caracterizada pela relação senhor/escravo que é ainda uma relação dual, com um potencial de alienação, de relações de força e de conflitos). Nós interiorizamos a ordem mundial e seu dispositivo operacional, dos quais somos todos reféns bem mais que escravos. O consenso, voluntário ou involuntário, substituiu a boa e velha servidão. Se a dominação passava por um sistema autoritário de valores positivos, a hegemonia contemporânea passa, ao contrário, por uma liquidação simbólica de todos os valores. Nessa confusão vem afundar-se a própria dominação.

A questão que surge ante esse estado de coisas, é sobre as condições de possibilidade de sobrevivência da crítica. Seremos ainda capazes de compreender corretamente essa nova sociedade e, por conseguinte, oferecer resistência consciente aos seus modelos? Mais ainda, estaremos em condições de compreender a nós mesmos enquanto sujeitos? Neste sentido, parece apropriado resgatar um conceito amplamente desenvolvido pela Escola de Frankfurt em meados do século XX o qual possui uma estrutura promissora que pode nos ajudar na tarefa a ser empreendida, qual seja, o conceito de “sociedade administrada”.

A Sociedade Administrada

O conceito de sociedade administrada refere-se a uma característica das “sociedades industriais” como dizia Marcuse (1982), ou então, do “capitalismo tardio” como diriam Adorno e Habermas. O conceito, especificamente, pretende expor a anulação do indivíduo enquanto sujeito no interior destas sociedades. Isto é, quando dizemos que uma sociedade é “administrada”, estamos dizendo que todos os elementos que a constituem já têm o seu lugar, e o seu papel, devidamente estabelecidos. Em uma sociedade administrada, assim, o indivíduo não precisa pensar, discutir, planejar e decidir. Neste ambiente, as decisões já estão tomadas. A ironia, portanto, é a seguinte: O indivíduo, que pretensamente seria “indivisível”, é transpassado por lógicas e dinâmicas sociais que o produzem de acordo com as necessidades do sistema. Ou, se quisermos expressá-lo de outra maneira, ele próprio ao se produzir está reproduzindo uma dinâmica social.

Uma forma mais contemporânea de expressar esse modelo foi idealizada por Gurgel e Maknamara (2022) com o conceito de “subjetividade zumbi”. Tomando a referência dos personagens terrificantes das obras fantásticas os autores partem do argumento de que a subjetividade zumbi é um composto de posições subjetivas que carrega traços de um planeta em colapso e em amplo processo de modelização e serialização dos sujeitos. Além de uma referência à maneira pela qual modos de vida atuais são “zumbificados”, nas palavras dos autores, ou seja, padronizados, arrancados de sua potência própria de variação. Trata-se ainda de “uma tentativa de significar, essa sensação coletiva de esgotamento, essa precarização em jogo com as existências, essa deflagração de um fim iminente” (Gurgel e Maknamara, 2022 p. 75). Esse adjetivo é utilizado também pela jornalista Eliane Brum em alguns de seus artigos como uma alegoria da forma alienada e desvitalizada que muitos escolhem continuar adotando, a despeito de tantos horrores perpetrados pelo Estado nos últimos anos e diante da emergência climática que enfrentamos. A esse modo de vida a autora dá o sugestivo nome de “zumbiloscência” (Brum, 2023).

Outrossim, como bem percebeu Adorno, quanto mais o indivíduo se torna impotente no interior das sociedades contemporâneas, mais estas mesmas sociedades o emulam e o celebram. Em toda parte, o palavreado da autenticidade, da unicidade, do “seja você mesmo”, ou então, do “você é capaz”, esconde a lógica social massificadora.

Nas contundentes palavras de Theodor Adorno, “O homem é a ideologia da desumanização (*Der Mensch ist die Ideologie der Entmenschlichung*.” (Adorno, 1972, p.452). Ou então, para seguir uma formulação programática contida em *Minima Moralia*:

Há, contudo, muito de falso nas considerações que partem do sujeito acerca de como a vida se tornou aparência. Porque na atual fase da evolução histórica, cuja avassaladora objetividade consiste apenas na dissolução do sujeito, sem que dela tenha nascido nenhum novo, a experiência individual apoia-se necessariamente no velho sujeito, historicamente condenado, que ainda é para si, mas já não em si (Adorno, 1980, p. 14).

O velho sujeito ao qual Adorno está se referindo é o sujeito kantiano, o sujeito moderno, pensado como uma força capaz de sair da minoridade e alcançar a maioridade, isto é, decidir o seu destino usando a razão e sem a necessidade da direção de outrem. Isto está muito claramente expresso no pequeno texto de Kant intitulado *Resposta à pergunta: o que é Esclarecimento?* (Kant, 1974). Este sujeito, no entanto, é “velho” e “historicamente condenado” não pelo fato de ter perdido sua relevância. Muito pelo contrário, em grande parte, todo o projeto filosófico da Escola de Frankfurt está direcionado para a emancipação e para a construção de um sujeito forte e capaz de tomar as rédeas da história em suas próprias mãos. O que o filósofo está expressando nesta sentença é simplesmente a constatação histórica de que o sujeito moderno e, com ele, todo o projeto filosófico da modernidade encontra na estrutura material concreta das sociedades contemporâneas uma resistência que o esvazia de todo sentido. As sociedades do capitalismo tardio negam a autonomia dos sujeitos na mesma medida em que celebram a “casca” deste sujeito oco e vazio como mera propaganda.

A sociedade administrada, portanto, nega aos seres humanos a administração da própria existência. No interior das sociedades modernas, ao invés de autonomia, os indivíduos enredam-se em novos modos de existência completamente determinadas por forças que não controlam. O capital e sua lógica inflexível, sempre foi o fator central de administração da vida. No mundo concreto, por isso, era negada a liberdade que no plano do espírito moderno lhes era prometida. E a indústria cultural encobre e dispersa a incompreensão e a falta de liberdade através de uma série de miríades, *gadgets*, *reality shows* e *timelines* infinitas.

Vê-se, portanto, que por mais que a racionalidade neoliberal apresente especificidades que precisam ser cautelosamente analisadas e compreendidas, o movimento amplo do qual faz parte permite inscrevê-la na história dos processos contemporâneos de dessubjetivação, isto é, de uma dinâmica de planificação,

massificação e anulação da individualidade. Na era dos algoritmos em que nos encontramos, nossas preferências, gostos e desejos são rapidamente capturados e seguidos de promessas infinitas de satisfação.

Algo que Zuboff (2020) denominou como “capitalismo de vigilância”. Uma dinâmica que se apropria da matéria prima da experiência humana para transformá-la em dados atitudinais e comportamentais, cuja finalidade é a antecipação dos comportamentos dos usuários da grande rede em médio e longo prazo. Proporcionando um processo duplo de objetificação das pessoas e criação de demandas e necessidades artificiais adequadas aos diferentes grupos sociais. Com isso, pequenas “bolhas” vão se criando em torno dos sujeitos, onde os algoritmos das redes sociais passam a lhes oferecer e apresentar, de forma personalizada, aquilo, e apenas aquilo, que eles desejam.

No cenário atual, o mundo ao redor de cada sujeito começa a se tornar um espelho dele mesmo. Reforça-se assim, uma personalidade frágil, completamente incapaz de lidar com as diferenças e cada vez mais convicto de sua “identidade”, potencializada pelo eterno retorno do mesmo. Nos parece importante salientar que o objetivo último dessa estratégia não é (apenas e tão somente) impor normas comportamentais. Muito mais do que isso, a finalidade é “gerar um comportamento que conduza, de forma confiável, definitiva e certa, aos resultados desejados” (Zuboff, 2020, p. 235). Resultados esses que apontam nitidamente para a concretização de interesses comerciais, financeiros e ideológicos das grandes corporações (*Big Techs*) que controlam tais algoritmos.

Seja como for, tal incapacidade de lidar com as diferenças tem efeitos nefastos no tecido social. Vemos emergir com muita força no sistema neoliberalista atual afetos como o ódio, a intolerância e a indiferença. Resultando, muitas vezes, em ampla escalada do sentimento há muito descrito por Durkheim (1995) como solidariedade negativa, onde, em sua versão contemporânea, garantias e direitos conquistados a duras penas por grupos minoritários agora são severamente atacados por outros setores sociais, que não só deixam de reivindicar esses e outros direitos, como também passam a aplaudir e incentivar essas políticas perversas que continuam espoliando direitos.

Numa versão ainda mais assustadora, vemos o nacionalismo fascista tornando-se a principal referência da linguagem e da mentalidade da classe política de alguns países que cavalgam a onda reacionária do mundo atual. Aliado à inversão cínica do juízo ético e ao entusiasmo pela violência racista, misógina e homofóbica temos aquilo que Franco Berardi (2024) chama de “brutalismo supremacista”. Tal fenômeno, na concepção do

autor, faz com que milhões de pessoas abracem tacitamente figuras sinistras como Donald Trump, Javier Milei, Narendra Modi, Netanyahu e Bolsonaro. Expoentes de uma extrema direita transnacional emergente que têm, curiosamente, em comum uma mútua e explícita negação dos direitos humanos em praticamente todos os níveis.

Democracia e Direitos Humanos na era neoliberal

O caminho que o presente estudo se propôs é o de expor, inicialmente, o núcleo disso que podemos denominar de racionalidade neoliberal. E isto para mostrar que se trata mais do que uma variação de um sistema econômico. Trata-se, na verdade, de um espírito de nossa época para o qual confluem as múltiplas dinâmicas que estruturam a realidade. Depois disso, apontamos para o fato de como a produção de subjetividades, no âmbito desta realidade, reverte-se em uma quase total captura dos indivíduos para dentro dessa lógica. As forças de resistência acabam por ser minadas e as formas de vida neoliberais, ou seja, formas de vida voltadas para a produção de valor, se mostram cada vez menos capazes de promover uma compreensão de nosso tempo e uma ação consciente em relação a ele. O que tradicionalmente se chamava de política, dessa maneira, desaparece quase completamente. Pois o espaço da *polis*, esse era o seu sentido, não é mais um espaço público de deliberação. Desaparecendo esse espaço restam apenas espaços de consumo que já de saída impõem suas lógicas aos indivíduos neles envolvidos. Não há mais, em praticamente nenhum lugar, a manutenção de uma instância onde as pessoas possam decidir sobre o destino de suas vidas de forma mais fundamental. Adorno escreveu, em certa ocasião, acerca da íntima relação entre política, democracia e emancipação:

Isto seria inclusive da maior importância política; sua ideia, se é permitido dizer assim, é uma exigência política (...) uma democracia com o dever de não apenas funcionar, mas operar conforme seu conceito, demanda pessoas emancipadas. Uma democracia efetiva só pode ser imaginada enquanto uma sociedade de quem é emancipado (Adorno, 1995, p.142).

Ou seja, não há democracia se não há consciência de realidade que coloque as pessoas em condições de decidir sobre suas vidas e sobre a sociedade em que estão inseridas. A democracia, assim, resulta absolutamente fragilizada tendo em vista que as decisões e escolhas que nos são permitidas são apenas simulações de si mesmas. Fundamentalmente, por exemplo, em uma eleição que é tida como momento máximo do

exercício democrático, quase nada pode ser decidido, tendo em vista o fato de que qualquer resultado não colocará em xeque a hegemonia do sistema neoliberal.

A grande novidade, no que se refere a estes movimentos contemporâneos, é que os termos não desaparecem. Pelo contrário, fala-se muito em democracia e em política. No entanto, os termos estão completamente esvaziados de seu sentido historicamente construído. A política é um conceito que passa a encobrir a tomada das posições estratégicas pelo poder econômico instituído. A democracia sobrevive como véu que encobre a realidade de uma sociedade administrada onde as escolhas parecem várias apesar de completamente neutralizadas. Neste contexto, por fim, o estudo pretende discutir a realidade dos direitos humanos e de suas correspondentes lutas; questão, aliás, absolutamente urgente.

E isto, basicamente, por dois motivos. Em primeiro lugar, tendo em vista que os direitos humanos são entendidos como conjunto de garantias e como proteção dos mais vulneráveis, chega-se a uma situação paradoxal. Tendo em vista o declínio da política e da democracia na era neoliberal, a manutenção da hegemonia deste sistema passa a não ser mais problematizada e, dessa maneira, temos, por um lado, um sistema que produz vulnerabilidade de forma estrutural e, por outro lado, políticas de proteção voltadas para os vulneráveis que este sistema produz. Os direitos humanos, neste contexto, portanto, passam a minimizar os efeitos colaterais de um sistema que está acima da crítica. Acabam, por isso mesmo, ainda que reconheçamos sua importância, por ocultar a violência nua e crua de um sistema perverso que joga cada vez mais pessoas para fora do espaço de cidadania. Em segundo lugar, pelo fato de que mesmo esta concepção dos direitos humanos enquanto proteção dos mais vulneráveis se vê esvaziada na medida em que os poderes instituídos utilizam este conceito, na maior parte das vezes, enquanto noção humanizada que serve perfeitamente para encobrir a sua falta. Ou seja, quanto mais se fala em garantias e direitos humanos, mais ausentes estes estão na realidade concreta.

A partir destes dois motivos apresentados, o estudo quer mostrar que a defesa dos direitos humanos nas sociedades neoliberais precisa, necessariamente, conduzir a uma profunda crítica política da realidade social ou estará absolutamente comprometida. A simples noção destes direitos e sua formalização no interior das sociedades de direito liberais não serão suficientes para o percurso de sua efetivação. Mais uma vez retomando Theodor Adorno (1980, p.43), “não há vida verdadeira no interior do falso”, ou seja, não se pode esperar a construção de uma sociedade mais humana se a racionalidade que rege

a construção dessa sociedade é excludente e violenta. Qualquer abordagem dos direitos humanos, portanto, que não venha acompanhada de uma crítica social será mera ideologia de encobrimento.

Isto motivou, por exemplo, Slavoj Žižek a escrever o artigo “*Contra os Direitos Humanos*”. Ou seja, por óbvio o autor não está relativizando toda a importância histórica da luta por direitos. O que pretende denunciar é uma visão instrumental que usa estes direitos para legitimar guerras, conflitos, e assim por diante. Ele escreve:

Assim, para colocar na forma leninista: hoje, o que os “direitos humanos de vítimas sofredoras do Terceiro Mundo” efetivamente significam, no discurso dominante, é o direito das próprias potências do Ocidente de intervir política, econômica, cultural e militarmente em países do Terceiro Mundo de sua escolha, em nome da defesa dos direitos humanos. (...) No momento, então, em que os direitos humanos são despolitizados, o discurso relacionado a eles precisa mudar. (Žižek, 2010, p.25).

Ou seja, precisamos efetivamente politizar a questão dos direitos humanos. Expor a vulnerabilidade que é sistematicamente produzida por este sistema neoliberal, onde a desigualdade é cada vez mais intensificada. No entanto, como mostramos anteriormente, estamos em uma época de declínio da política. Isto que tradicionalmente se denominava espaço da política é agora colonizado por lógicas econômicas de maximização de produção de valor. Estes canais oficiais, no entanto, não são os únicos espaços onde pode acontecer a politização dos direitos humanos. Pensá-los não apenas como assistência, mas como espaço de construção de consciência de realidade e formação para a cidadania seja, talvez, a alternativa. E isto não de uma maneira assistencialista. Ou seja, não serão pessoas esclarecidas que levarão esta visão de mundo crítica aos vulneráveis. Mas, que os próprios atores deste processo sejam os protagonistas desta mudança.

Pensar direitos humanos nessa perspectiva é adotar uma postura contra hegemônica que reconhece a diferença entre “estar no entorno” e “ser entorno”. Aqui podemos tomar como exemplo o lema das comunidades indígenas e ribeirinhas que há séculos defendem a Floresta Amazônica em pé e exuberante. Na concepção deles nós não temos uma floresta, tampouco estamos na floresta, mas “somos floresta”. Essa é uma maneira de integrar os diferentes particulares participantes das lutas necessárias para a proteção integral de direitos para todos e todas. Como diria Herrera Flores (2009, p. 21) “é justamente a pluralidade das periferias que nos direciona ao diálogo e à convivência”. Nitidamente, trata-se de uma concepção que se coloca em rota de colisão frontal com o expansionismo mercantilista (apoiado até pelo próprio governo brasileiro dito de

esquerda) que deseja avançar sobre as reservas florestais e minerais na região mais preciosa do mundo atual. Mais uma vez citamos aqui Zizek (2010, p.28,29):

Embora os direitos humanos não possam ser postulados como um além-a-histórico e “essencialista” em relação à esfera contingente das lutas políticas, como “direitos naturais do homem” universais dissociados da história, eles também não deveriam ser descartados como um fetiche reificado, produto do processo histórico concreto de politização dos cidadãos. Longe de serem pré-políticos, os “direitos humanos universais” designam o espaço preciso da politização propriamente dita, eles equivalem ao direito de universalidade como tal – o direito de um agente político em declarar sua não-coincidência radical consigo mesmo (na sua identidade particular), para postular a si mesmo como o “supranumerário”, aquele sem lugar adequado no edifício social; e, portanto, como um agente da universalidade do social em si. Por conseguinte, o paradoxo é muito preciso e simétrico em relação ao paradoxo dos direitos humanos universais como os direitos daqueles reduzidos à inumanidade. No exato momento em que tentamos conceber os direitos políticos dos cidadãos sem fazer referência aos direitos humanos universais “meta-políticos”, perdemos a própria política; isto é, reduzimos a política a um jogo “pós-político” de negociação de interesses particulares.

Considerações Finais

Entendemos que politizar os espaços de luta por direitos humanos, portanto, é o único recurso possível para pensar radicalmente sua efetividade em uma sociedade neoliberal. Pois se não for exposta a lógica violenta do sistema que produz desigualdade e vulnerabilidade, se as vítimas deste sistema não puderem, com o seu grito de sofrimento, rebelar-se contra o sistema, estaremos pensando uma solução sempre incompleta. Ou seja, minimizar o sofrimento dos excluídos e integra-los novamente em uma sociedade que não demorará em lança-los novamente para as margens.

Por isso mesmo, é urgente a troca de experiências e articulação de lutas entre movimentos sociais e organizações de excluídos. Dar luz à tensão entre direitos individuais e coletivos ou, em outra dimensão, entre direitos humanos e direitos dos povos. Reconhecer através de um prisma psicanalítico que a universalidade dos direitos se trata de um paradoxo de negatividades que não se sobrepõem perfeitamente, ou seja, o que é necessário e legítimo para uma categoria ou grupo, não necessariamente o será para outros coletivos. Enfrentar essas questões através do diálogo de modo que a racionalidade neoliberal possa ser contestada como única forma incrustada no inconsciente das pessoas, dando espaço a alguma racionalidade que faça mínima resistência a ela. Politizar significa pensar a dolorosa contradição que constitui este discurso.

Referências

ADORNO, Theodor W. *Educação e Emancipação*. Trad. Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1995.

_____. *Jargon der Eigentlichkeit*. (Gesammelte Schriften, Band 6). Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1972.

_____. *Minima Moralia: Reflexionen aus dem beschädigten Leben. Erste Auflage*. (Gesammelte Schriften, Band 4). Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1980.

BAUDRILLARD, J. Carnaval/Cannibal. *Revista FAMECOS*, 12(28), 2005, 7–17.

BERARDI, Franco. *Brutalismo supremacista libertariano*. Disponível em <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/640046-brutalismo-supremacista-libertariano-artigo-de-franco-berardi> acesso em 22 de junho de 2024.

BROWN, Wendy. *Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente*. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.

BRUM, Eliane. Como deszumbificar os humanos. *Nossa Voz*. Editorial de Sumaúma. Escrito em 20 de julho de 2023. Disponível em <https://sumauma.com/como-deszumbificar-os-humanos/>

CASARA, Rubens. *Estado pós – democrático: neo-obscurantismo e gestão dos indesejáveis*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017. 240p.

CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes. 1994.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.

DOFOUR, D. R. (2013). *A cidade perversa: liberalismo e pornografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

EHRENBERG, A. *O culto da performance: Da aventura empreendedora à depressão nervosa*. Aparecida, SP: Ed. Ideias e Letras. p. 133. 2010.

FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FLORES, Herrera. *A Reinvenção Dos Direitos Humanos*. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009.

GURGEL, Evanilson. MAKNAMARA, Marlécio. *Currículo-slasher e dispositivo da catastrofização: nas entranhas de uma subjetividade zumbi*. Série-Estudos, Campo Grande, MS, v. 27, n. 61, p. 71-93, set./dez. 2022.

KANT, Immanuel. *Resposta à Pergunta: que é Esclarecimento (Aufklärung)?*. Textos Seletos. Petrópolis: Vozes, 1974.

LAVAL, Christian. *A Escola não é uma empresa*. São Paulo: Boitempo, 2019.

MARCUSE, H. *A Ideologia da Sociedade Industrial: o homem unidimensional*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982

MENEZES, A. P. R. et al. *O futuro do SUS: impactos das reformas neoliberais na saúde pública – austeridade versus universalidade*. Saúde Debate. Rio de Janeiro. V. 43, nº. Especial 5, p. 58-70, dez. 2019.

ŽIŽEK, Slavoj. Contra os direitos humanos. *Mediações - Revista de Ciências Sociais*, Londrina, v. 15, n. 1, p. 11–29, 2010.

ZUBOFF, S. *A era do capitalismo de vigilância: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder*. Tradução George Schlesinger. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.

Recebido em: 24/10/2024

Aprovado em: 09/09/2025